

O ENCONTRO ENTRE OS MBAYÁ-GUAYCURU E OS CHIQUITO NO PANTANAL E NA CHIQUITANIA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

The Meeting Between the Mbayá-Guaycuru and Chiquito in the Pantanal and Chiquitania (Second Half of the Eighteenth Century)

Nathalia Claro MOREIRA*
Ariane Aparecida Carvalho de ARRUDA**
José Luís dos Santos PEIXOTO***

Resumo: O presente artigo busca compreender como se deu o encontro entre os indígenas Mbayá-Guaycuru e os Chiquito, a partir da segunda metade do século XVIII, no espaço de fronteira Brasil/Bolívia. Para esta discussão foi realizada análise, transcrição e cotejamento de quatro conjuntos de manuscritos coloniais referentes à administração das províncias de Mojos e Chiquitos. O estudo busca, através dos métodos da Paleografia e da Etnohistória, compreender as relações entre tais grupos étnicos que atuaram e influenciaram a disputa territorial entre as Coroas espanholas e portuguesas, no Pantanal e na Chiquitania, durante o processo de colonização da América.

Palavras-chave: Grupos indígenas, Missões de Chiquitos, Etnohistória, Pantanal, Chiquitania.

Abstract: This article seeks to understand how was the meeting between the indigenous Mbayá-Guaycurú and Chiquito, from the second half of the eighteenth century, in the border space Brazil/Bolivia. For this enlightenment, was performed

Introdução

Os grupos indígenas Mbayá-Guaycuru e Chiquito atuaram no território entre o Pantanal brasileiro e o Cerrado boliviano da Chiquitania desde tempos pré-coloniais. Com a pressão exercida pela colonização europeia, a partir do século XVI, estes grupos se reorganizaram pelo território, estabeleceram relações de alianças e conflitos para se adaptarem as lógicas do novo *status quo*. Deste modo, vários grupos integraram as missões jesuíticas, no século XVIII, incorporando costumes, símbolos e objetos coloniais, como também exerceram e propagaram suas culturas ao estrangeiro. Foram, de modo geral, protagonistas da construção

* Graduada em História, Bolsista PIBIC/UFMS/CPAN. nath.arirom@gmail.com

** Doutora em História Ibero-Americana pela PUCRS. Pesquisadora e Colaboradora do Laboratório de Arqueologia do Pantanal/UFMS/CPAN. nani_arruda2@yahoo.com.br

*** Doutor em História, concentração em Arqueologia. UFMS/CPAN/Laboratório de Arqueologia do Pantanal. jose.peixoto@ufms.br

the analysis and transcription of four colonial manuscripts relating to the administration of the provinces of Mojos and Chiquitos. This research aims to scrutinize, by the methods of Paleography and Ethnohistory, the relationship between such groups that starred acting and influencing on the territorial dispute among the Spanish and Portuguese monarchies, in the border concerning the Pantanal and Chiquitania, during the American colonization process.

Keywords: Indigenous groups, Chiquitos Missions, Ethnohistory, Pantanal, Chiquitania.

do atual continente sul-americano, sobretudo, dos espaços de fronteira na Bacia do Prata.

O presente artigo busca compreender a forma como ocorreu o encontro entre os grupos étnicos Mbayá-Guaycuru e os Chiquito, através de informações extraídas num conjunto de quatro manuscritos coloniais. Os manuscritos analisados referem-se ao final do século XVIII e foram redigidos por autoridades eclesiásticas e administrativas das missões jesuítas de Mojos e Chiquitos, na Bolívia. O conteúdo desses documentos, em sua maioria, expedientes da *Real Audiencia de La Plata*, trazem informações importantes, não somente sobre o cotidiano das missões jesuíticas, mas sobre as relações políticas entre as coroas da Espanha e de Portugal, litígios de fronteira, imparcialidades entre os próprios administradores e a atuação dos grupos indígenas. Embora parciais e pautados na lógica dominante do europeu, os manuscritos, sendo documentos históricos são considerados não somente pelas informações que fornecem, mas, também estudados por si, “[...] em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas” (CHARTIER, 2002, p. 22).

A abordagem sobre o indígena nas Ciências Humanas ainda desperta um complexo de especulações, equívocos e divergências: o discurso produzido, os conceitos de etnia e cultura, a percepção binária ainda recorrente na historiografia

de “bons” e “maus” e o etnocentrismo. Tudo isto é um campo minado que o pesquisador é obrigado a combater e/ou problematizar a fim de buscar uma compreensão mais fiel da chamada História Indígena. O fato dos grupos étnicos, em sua maioria, não terem nos deixado testemunhos escritos sobre a própria participação, obriga o pesquisador a ter que trabalhar com o discurso feito pelo outro, e não o discurso de si. Somos levados a concordar com De Certeau (1982) quando alerta que a palavra do possuído torna-se, eventualmente, uma “linguagem alterada”.

A fim de sanar as lacunas e parcialidades da questão metodológica do discurso sobre os grupos indígenas, foram desenvolvidos, no século XX na América do Norte, os métodos da Etnohistória (CARMACK, 1979). A Etnohistória apresenta-se, atualmente, não como uma área isolada de estudos, mas como um conjunto de técnicas para elucidar a cultura a partir do uso de tradições orais e escritas (ARRUDA, 2011). Dentro da investigação da Etnohistória, recorreremos aos estudos da Antropologia, da História e da Arqueologia, para garantir que não se realize uma visão simplista ou generalizada sobre a constituição de grupos étnicos. E também, a respeito do próprio conceito de etnicidade que foi banalizado pela primeira leva de antropólogos e etnohistoriadores e ainda gera o que Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 55) chamam de “negação de historicidade dessas sociedades”.

No que tange ao trabalho com manuscritos, foram utilizados os métodos e as técnicas propostas pela Paleografia (*paleo* – antigo, *grafia* – escrita). A relação da História com o campo da Paleografia é sobrepujante à medida que o documento histórico apresenta suas respectivas características morfológicas e linguísticas, demonstrando a necessidade da interdisciplinaridade dentro da pesquisa científica. Sabemos que a Paleografia desenvolveu-se concomitante a Diplomática, sobretudo na Europa dentro dos reinos imperialistas, com a necessidade de se registrar e documentar atos jurídicos e administrativos, relacionados à Guerra dos 30 anos, eventualmente, escritos em caracteres que se tornavam ilegíveis para um leitor comum (QUINTANILHA, 2013; BERWANGER & LEAL, 2008).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário refletir, sobretudo, o conceito de etnia. Perguntar aos documentos sobre as relações interétnicas entre diferentes grupos indígenas nos trouxe uma pergunta ainda maior: o que, afinal, constitui um grupo étnico? Poutignat e Streiff-Fenart (1998) nos lembram de que nos estudos iniciais das ciências humanas, as definições de etnia estiveram por muito tempo vinculadas à busca por uma unidade cultural. Esta busca resumia o conceito de etnia através da classificação de um enorme reservatório de informação que permitisse a identificação tanto das similaridades quanto das diferenças de tipos sociais encontrados em diversas culturas. Notoriamente, este exercício comparativo ocasionou o estabelecimento de sensíveis generalizações baseadas

somente nos estudos das correlações entre diferentes traços de organização social, dificultando uma compreensão aprofundada da etnicidade.

Embora o termo “unidade cultural” tenha sido utilizado e problematizado a partir do século XX, durante os estudos para essa pesquisa percebemos que a preocupação inicial dos primeiros colonizadores na América em contato com os diferentes grupos indígenas era semelhante à preocupação da primeira leva de antropólogos. A questão era definir critérios objetivos que, desde que fossem comprovados, permitissem inferir a existência de uma espécie de homogeneidade cultural. Ou seja, para classificar um grupo como pertencente a tal etnia, era obtido um “agrupamento” através de métodos de catalogação. Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 61) o verdadeiro “absurdo das descrições taxinômicas (a produção de contrassenso tabulado)”.

No processo de colonização da América, a escolha de critérios taxinômicos para catalogação dos grupos encontrados logo após o primeiro contato com os nativos americanos fora baseada em distinções físicas e similaridades de linguajar. Ou ainda no estilo de suas habitações, como aconteceu com a expedição do espanhol Ñuflo de Chaves, fundador da cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra. Freyer (2000, p. 27) nos menciona que Chaves e seus companheiros, nos meados de 1543, ao se deparar com mais de vinte etnias da região ao noroeste da atual Bolívia, nomeou todos os grupos como Chiquito “porque las entradas de sus chozas eran tan pequeñas y bajas que solo se podia llegar al interior de cuatro patas” (FREYER, 2000, p. 27). Percebemos que a escolha de critérios que deu origem ao apelativo comum “Chiquito” não partira da percepção desses grupos sobre si mesmos, mas do estrangeiro. Logo, não eram sinais diacríticos que, segundo Barth (1998) o grupo escolhe para se diferenciar dos outros. Mas, eram traços exóticos escolhidos pelos europeus para homogeneizá-los, não obedecendo a consciência do que os nativos entendiam sobre si próprios (Fig. 01).

Devemos considerar também que “Mbayá-Guaycuru” não era o nome pelo qual se reconheciam estes indígenas, mas um apelativo pejorativo atribuído pelos Guarani para designar os vizinhos de *ethos* belicoso que habitavam a margem ocidental do médio rio Paraguai (HERBERTS, 1998). Este apelativo tornou-se, de certo modo, aceito e oficializado e ainda é utilizado na atualidade nas ciências humanas para abranger diversos grupos que habitavam as regiões do Chaco e do Pantanal.

Trigger (1982), todavia, nos lembra, que estes primeiros pesquisadores, sobretudo cronistas que acompanhavam os colonizadores, registraram tradições culturais que estavam desaparecendo rapidamente, preservando sistematicamente informações sobre povos nativos das quais valeriam todos os pesquisadores que os sucederam. Os manuscritos aqui utilizados, por exemplo, resguardaram um leque de informações preciosas que constituíram a discussão deste trabalho e proporcionam diferentes leituras e novas pesquisas. Naturalmente, dado a historicidade dessas informações, a percepção de etnia nos manuscritos é calcada em critérios hoje recusados pela Antropologia como o conceito de cultura hierárquica e de raça biológica. É somente a partir do século XX com teóricos como Barth, Carmack, Trigger e Poutignat & Streiff-Fenart que a investigação sobre etnia passa a perceber e argumentar o dinamismo e a subjetividade que envolve a construção de um grupo étnico.

Muito embora as discussões sobre *cultura* e *etnia* ainda estejam propositalmente em aberto, o grupo étnico atualmente é percebido como um formato de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros. Logo, a identidade étnica é definida em termos de descrição, caracterizando o sujeito pertencente a grupo étnico por distinções que ele percebe e que é percebida com os grupos que o mesmo interage (BARTH, 1998, p. 11).

ibérica, sobretudo, pelas inconstâncias de limites do Tratado de Madrid (1750). O Tratado foi concebido por Alexandre de Gusmão, a fim de lidar com os litígios de fronteira herdados pelo reino de Portugal e pelos reinos da Espanha durante a União Ibérica. O Tratado de Madrid se sobrepôs ao Tratado de Tordesilhas com o princípio do direito privado romano do *uti possidetis*, consistindo no apossamento de direito por quem ocupasse determinado território. Todavia, intencionalmente, acabou favorecendo aos interesses lusitanos – um favorecimento de 3º grau intencionais de longitude ao leste do sul do Brasil, sobretudo, na expansão dos portugueses sobre a região do Alto Pantanal.

Segundo Ferreira (2007), o desconhecimento dos espanhóis sobre a dimensão longitudinal de seus domínios promoveu uma estratégica manipulação por parte dos portugueses das produções cartográficas como o próprio Mapa das Cortes (1749), chave importante para a consolidação da assinatura do tratado de Madrid. “Haveria assim uma clara manipulação cartográfica com o nítido objetivo diplomático de conseguir a aceitação espanhola relativamente ao plano português de limites” (FERREIRA, 2007, p. 06). Os desvios constados no Mapa das Cortes garantiram aos portugueses regiões valorosas como a totalidade da capitania de Mato Grosso até o Alto Paraguai, o que promoveu o abandono de missões como Santa Rosa, próxima ao Guaporé, e a instalação de fortes que espreitavam os limites do Pantanal e do Chaco boliviano.

Notoriamente, o princípio jurídico da “intangibilidade das fronteiras coloniais” não foi efetivo em evitar conflitos por demarcação de fronteiras e as divergências e reações entre Castela e Portugal pela partilha das bacias do Amazonas e do Prata prosseguem e se acaloram. A partir de 1750, as estratégias de ambas as Coroas para reivindicações territoriais se agregam ainda mais aos interesses e a busca de sobrevivência entre os povos indígenas que promovem alianças e conflitos dentro do processo de colonização europeia da América. Se, por um lado, espanhóis e portugueses entravam em conflito dentro de seus próprios sistemas administrativos e promoviam alianças externas para seus interesses, por outro, os indígenas envolvidos também possuíam saberes, lógicas, comportamentos e estratégias que utilizavam a seu favor (ARRUDA, 2015).

Acerca do sistema colonial espanhol, nos interessa, sobretudo, os conflitos entre a ordem dos jesuítas com o Clero e o Estado Régio que predominam neste período. Estas divergências estiveram ligadas a outras divergências que ocorriam entre os representantes do clero e os representantes do rei, dentro e fora do Novo Mundo. Segundo Bethell (2012, p. 297) “a linha divisória entre a Igreja e o Estado na América espanhola nunca foi claramente definida, e os conflitos entre os bispos e vice-reis eram uma característica constante da vida colonial”. A natureza

missionaria das ordens religiosas, como as dos jesuítas, fora inicialmente uma conveniência política tanto ao Clero quanto a própria Coroa, uma vez que por um lado a influência da igreja na América era legitimada e, por outro, se limitava as fronteiras do império espanhol no território. É por isso mesmo que os jesuítas desempenham um papel importante na colonização espanhola, justamente por se dedicarem há projetos de missões em regiões remotas e fronteiriças.

Porém, tais ordens religiosas são influenciadas pelas políticas pró-indígenas realizadas por Bartolomé de Las Casas, através de uma forma de reinado tutelar que privilegiava a conversão religiosa dos indígenas por parte de seus próprios governantes, porém não os privando dos direitos de propriedade e de governo que lhes pertenciam por força natural (BETHELL, 2012). Esta ideologia se colocava em antagonismo aos abusos de *encomenderos* e dos interesses pouco humanísticos dos colonos. O antagonismo ideológico conduz os jesuítas a intermináveis conflitos com as autoridades administrativas, culminando na expulsão da ordem em 1767, e a dissolução da Companhia de Jesus, em 1773, pelo documento *Dominus ac redemptor* do Papa Clemente XIV (MARZAL, 1999). As missões não foram imediatamente abandonadas, mas continuaram funcionando até o início do século XIX, com seu governo então dirigido por oficiais militares e um clero secular ou membros (Curas) de outras Ordens religiosas (dominicanos, mercedários e franciscanos).

Enquanto, por um lado, os europeus estavam submersos em divergências e relações internas e externas – e eventuais relações escusas – para suprir seus interesses imediatos, por outro, entre os grupos indígenas, a situação não seria diferente. Na segunda metade do século XVIII, as relações entre os grupos Chiquito e os Mbayá-Guaycuru intensificam, impulsionadas pelos avanços da colonização espanhola e portuguesa na região. Os Mbayá-Guaycuru passam a atuar com frequência contra o avanço da colonização europeia, realizando constantes assaltos e conflitos com os indígenas cristãos das missões da Chiquitania, saqueando e comercializando com os portugueses da região de Mato Grosso.

Com a administração dos Curas a partir de 1767 e com os abusos que estes novos administradores infringem aos neófitos das missões, inúmeros indígenas reduzidos também se aliam em comércios com os lusitanos e fugas para fortes, vilas e acampamentos portugueses. Relações de conflito e alianças se alternam entre os grupos indígenas e entre os indígenas e europeus, em busca de sobrevivência e de novas formas de aproveitamento da situação em que estão inseridos.

A significativa prática epistolar entre os jesuítas e a administração das províncias garantiu um fluxo importante de informações sobre estas divergências. Esta prática epistolar e documental está relacionada à característica burocrática da administração da Coroa espanhola sobre a América: uma administração baseada,

sobretudo, no papel e na caneta. De modo geral, a Coroa era extremamente bem informada, no sentido de que uma notável quantidade de informação fluía através do Atlântico, que “sem dúvida sofria muitas vezes um atraso de um ano ou mais, mas que refletia um amplo leque possível de visões, desde as do grupo mais próximo ao vice-rei às da comunidade indígena mais humilde” (BETHELL, 2012, p. 299). Neste contexto, documentos como as Cartas Anuais, os Autos e os expedientes eram enviados entre as missões na Chiquitania e as autoridades administrativas na *Real Audiencia de la Plata* até meados do século XIX.

Esses documentos foram preservados e inseridos no “*Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823*”, o que proporcionou o desenvolvimento do presente estudo. Os manuscritos analisados são: MyCh GRM 23.36 (1774), MyCh GRM 23.34 (1767-1774), MyCh ALP 58 (1769) e MyCh ALP 160 (1780) e foram escritos segundo a percepção, o contexto e as necessidades dos colonizadores e jesuítas de acordo com os acontecimentos dentro das missões e dos *pueblos*. A partir desses manuscritos, levantou-se uma visão mais aberta sobre a atuação dos grupos indígenas no processo de colonização, conversão e delimitação de territórios. Evidenciou-se que os grupos foram mais que “meros coadjuvantes”, mas determinantes na relação entre os europeus, mediadores culturais e políticos entre as Coroas da Espanha e de Portugal e importantes atores sociais para a construção dos espaços de fronteira na Bacia do Prata.

O encontro entre Mbayá-Guaycuru e Chiquito

No final do século XVII e início do XVIII, as missões jesuítas estabelecidas na região da Chiquitania obtiveram importante êxito. Dentre outros motivos, Charupá (2002) destaca o sistema de *encomiendas*, a violência dos mamelucos do Brasil e as pestes que se alastraram sobre a população Chiquitana como principais motivos que favoreceram a busca e a aceitação dos grupos ao sistema de missões religiosas. Assim, surgia uma nova possibilidade diante da situação conflitante que se estendia desde o século XVI. No século XVII, a oposição dos colonos *cruceños* em relação aos grupos indígenas alcança maiores proporções e obriga os Chiquito a “aceptar las paces de los españoles y tambien pedir a misioneiros para sus parcialidades” (CHARUPÁ, 2002, p. 526).

Identificados como *cristianos* dentro dos manuscritos, os Chiquito estavam inseridos na categoria de indígenas “aldeados e aliados” e vassallos da Coroa. Desta forma, poderiam ser recrutados para prestar serviços militares, especialmente na defesa das fronteiras contra invasão de grupos indígenas ‘infiéis’ e outras nações

européias, como os portugueses (ARRUDA, 2015). Em diversos manuscritos são descritas expedições para mapeamento de território, tentativas de conversão e até investidas dos espanhóis contra os *infielos*. Os jesuítas logravam persuadir os indígenas mediante diversas entradas, expedições ou excursões missionárias aos grupos indígenas, denominadas também de *missiones vivas* (CHARUPÁ, 2002). Essas excursões missionárias eram organizadas e levadas a cabo pelos jesuítas encarregados às missões, sempre na companhia dos cativos indígenas que serviam de guias e realizavam os trabalhos necessários para esta empreitada como “la abertura de caminos, el transporte del avio necesario y, en muchos casos, cargar sobre sus hombros al mismo religioso em momentos difíciles” (CHARUPÁ, 2002, p. 515-516).

Em contrapartida, os Mbaya-Guaycuru e demais etnias que não se permitiam reduzir ou geravam conflitos aos colonos, eram arbitrariamente tomados por estereótipos, inseridos na categoria de *barbaros infieles* e reconhecidos como *enemigos del Chaco*. Apesar dos conflitos, os espanhóis não desistiam das tentativas de reduzir os Mbaya-Guaycuru, bem como outras populações chaquenhas. A própria instalação da missão de *Santo Corazón de Jesus*, que remonta ao ano de 1753, tinha o intuito de se aproximar deste grupo, além de possibilitar uma melhor comunicação com as missões Guarani.

Porém, como observa Charupá (2002), os intentos de conquista sobre os Guaycuru produziram bem mais a captura de outros Chiquito reduzidos e a morte de indígenas cristãos do que a almejada conversão. Isto é percebido nos diferentes relatos nos manuscritos analisados neste estudo, como no informe do governador de Santa Cruz de La Sierra, Don Luiz Alvares de Naba ao Governador de Chiquitos Francisco Pérez Villaronte sobre os roubos e mortes que acontecem nas missões de Chiquitos por parte dos Guaycurus, em 1767.

El muy reberendo padre Joseph Rodrigues superior de las misiones de Chiquitos, me informa por carta de veinte y siete de julio deste presente año como todas aquellas misiones han experimentado muchas extorciones, de roubos [?] y murtes por una nación de yndios barbaros llamados Guaycurus; y que por mas que aquellos misioneros con buenos tratamiento, y dadibas, han propendido sujetarlos y subjulgalos al gremio de nuestra santa fé, les habido imposible conseguido; por lo indómito y audazes que son; sebandose su maldade en continuos saques de los reduzidos pueblos, dando muerte hasta el misionero, llebandose los muchachos mujeres y todos los ganados de sus estancias; subindo tan de punto su iniquidad que agabillados últimamente querían destruir la misión del corazón de jesus . (MyCh GRM 23.34, San Lorenzo 03/09/1767 – Plata, 01/10/1767).

Essas constantes *correrias* dos *infielos* exigia o alistamento de *vecinos* e da dedicação dos administradores, visto que, diante a situação perigosa das invasões dos Mbaya-Guaycuru, muitos fugiam, abandonavam seus cargos ou se negavam a conter as invasões. O número de *cruceños* para se alistar em entradas e excursões

era notavelmente menor aos das tropas *infielles*. Deste modo, na segunda metade do século XVIII, o Vice-Rei passou a conceder vantagens ao governador para fazer entradas e incursões aos *barbarismos* (MORENO, 1888). Aos *vecinos*, como recompensa por sua iminência, compensação pelos custos e como um auxílio para a concorrência contra os infiéis, concedia-lhes isenção de tributos dos seus *yanaconas* e lhes repartia os indígenas *infielles* capturados em *encomiendas*, sobretudo em Santa Cruz de la Sierra (MyCh GRM 23.34, San Lorenzo 03/09/1767 – Plata, 01/10/1767).

Porém, nos documentos analisados referentes ao ano de 1767, percebe-se que esta repartição acabou logrando uma melhor oportunidade dos Mbaya-Guaycuru fugirem e atacarem a Chiquitania devido à proximidade das regiões. No expediente sobre “*el destroso que executaron los Barbaros infieles Guaycurus en el Pueblo de Sto. Corazón*”, o fray Berdugo relata ao governador Villaronte sobre uma investida realizada pelos Guaycuru que fugiram de Santa Cruz e da estância de Santo Corazón, deixando varias mortes pelo caminho (MyCh ALP 58, [30/03/1769] fl. 02; MyCh ALP 160, [23/3/1780 – 21/9/1783]).

Os manuscritos demonstram que os Guaycuru entravam geralmente pelo sudeste boliviano, nas proximidades de Santo Corazón e das aberturas do Pantanal de Otuquis (MORENO, 1888), correspondendo atualmente às proximidades da cidade boliviana Puerto Soarez, região fronteira a cidade Corumbá (MS).

Em 1773, no expediente sobre o estado que se encontra o *Pueblo* de Sto Corazon ao governador de Santa Cruz, Andres Mestre, o Fray Nicolas Bargas relata que, a fim de conter as invasões dos Guaycuru nessas proximidades, mais de 500 Chiquitano partiram com 15 soldados *cruceños* até a estância de Santo Corazón. Porém este número era insuficiente, daí a necessidade que se enviassem mais soldados ao local (MyCh GRM 23.36 [28/12/1773] fl. 01-02).

Não bastasse este belicoso *status quo* do final do século XVIII, as missões religiosas também lidam com o gradativo processo de *extrañamiento* (expulsão) dos jesuítas de seus domínios. Logo, neste período, os Curas são enviados para exercerem a administração das missões de Mojos e Chiquitos. Esta nova administração não alcançou o êxito esperado com os Chiquitano, “*los cuales no querian aceptar a la nueva direcion y creían en el retorno de los jesuítas*” (FREYER, 2000, p. 96). Segundo Marzal (1999), os novos missioneiros vinham com ideias preconcebidas sobre rumores acerca das missões jesuítas, como ouro e prata e demais riquezas que poderiam obter na América, “*pero estimabam la decencia de las iglesias y el orden de los fieles*” (1999, p. 458). Diante a frustração das dificuldades do trabalho dentro das missões, os novos missioneiros se envolvem em contrabandos, e se mostram mais intolerantes e muitas vezes violentos, impondo uma situação de abusos constantes aos indígenas convertidos.

Nos comentários de Gabriel Rene Moreno (1888) na introdução do *Catalago de Mojos y Chiquitos*, o historiador enfatiza as dissidências entre os Curas com os Governadores, especialmente Bartolomé Verdugo que vem, nos manuscritos, a denunciar a *Real Audiência de Charcas* os abusos, sobretudo, econômicos, destes administradores. É necessário compreender que até 1767, os jesuítas eram responsáveis pelo comércio excedente produzido nas missões. Com o processo de expulsão, os Curas ficam responsáveis pela remessa do excedente econômico aos armazéns da *Real Hacienda*. Desta forma, Verdugo compartilhava nos documentos a necessidade de instituir entre os Chiquito, administradores laicos para as “temporalidades comunales” (VERDUGO, 1780 apud MORENO, 1888).

Com este novo regime mais intolerante sobre os *pueblos* aumenta o número de indígenas que fogem das missões para o território lusitano, isto é, para os fortes que se localizam nas proximidades das missões, sobretudo próximos das missões de Mojos, como a Estacada Portuguesa (Forte Príncipe da Beira). Nos manuscritos encontramos reclamações e suspeitas sobre as relações entre indígenas e portugueses pelos espanhóis que temiam constantemente uma invasão lusitana em seu território.

No expediente de 1773 de Francisco Perez Vilaronte sobre um conflito aberto em que 300 indígenas enfrentaram um grupo de Guaycuru por cinco dias, sendo que estes Guaycuru se refugiaram em um forte não especificado no expediente e depois de quatro dias o abandonaram, são reclamados soldados e a instalação de postos de vigília para conter a entrada e saída dos portugueses, bem como amenizar as consequências dos indígenas que tivessem qualquer comunicação com os portugueses e violassem os Tratados (MyCh GRM, 23.36 [28/01/1773] fl. 05).

Entre 1773 e 1774 as campanhas de contraofensiva aos Guaycuru se intensificam motivadas pelas intensas invasões às missões religiosas. Essas invasões estão diretamente relacionadas ao crescimento das relações comerciais entre os Guaycuru e os portugueses, sobretudo, no contrabando de cativos para a utilização em minas e engenhos. Os portugueses passam a avançar mais para o interior do oeste brasileiro com o mesmo objetivo dos espanhóis e, sobretudo, conseguir cativos e desenvolver um comércio clandestino com essa região. Em vista disto, observamos o interesse dos espanhóis de, se possível, não entrar em conflito com os indígenas Guaycuru, mas de trazê-los para dentro do Reino, de “*arreglalos*”, ou seja, aproveitar de suas técnicas bélicas e transformar em “úteis aliados” para a consolidação do território espanhol na América contra os avanços de Portugal (MyCh GRM 23.34 [28/12/1773] fl. 07).

No expediente de 1773, Bargas relata que os Guaycuru já abrem caminhos, do Pantanal à Chiquitania, cuja distância é somente de duas léguas. Esta facilidade

em encontrar entradas até a Chiquitania é justamente o que interessava aos portugueses na empreitada de captura, compra e venda de cativos.

(...) con esta diligencia se ha descubierto un camino an cho que han abierto ellos desde sus tierras, hasta mui cerca del Pueblo (que no ay más distancia que Dos leguas) de-sando los antiguos aunque en esta vez llegaran hasta el trecho que lo a visto, fue por resistirán ellos su seguridad por una, y otra parte. Ahora no menos se presume con un camino ancho avierto y el cuidado de estar registrando los caminos. (MyCh GRM 23.34 [28/12/1773] fl. 08).

Os indígenas Guaycuru, assim como os Chiquito que fugiam das estâncias, também se refugiavam no Forte Príncipe de Beira, vilas e cidades na região de Mato Grosso. Os espanhóis solicitavam a desocupação pelos portugueses deste forte e providências em relação ao contrabando e roubos praticados nas estâncias e *pueblos* de Mojos e Chiquitos.

Embora as relações políticas de aliança entre grupos indígenas e europeus, as investidas por parte dos indígenas as estâncias e missões não cessam, pelo contrário, tornam-se mais assíduas, sobretudo após o ano de 1774. A intensidade das investidas não se dá somente pela força imposta ou pelo número de vítimas feitas por estes indígenas que não se resignam diante o novo *status quo*, mas pelas habilidades e estratégias utilizadas (ARRUDA, 2015). Como exemplo, temos um relato presente na resposta dada por Andres Mestre ao expediente do jesuíta Nicolas Bargas na missão de San Ignacio. No abastecimento das missões eram enviados por barcos mantimentos (alimentos, tecidos, pólvora e armas) da Coroa às províncias da Bolívia, via o rio Paraguai, através da região das lagoas da borda oeste do Pantanal (PEIXOTO, 2009). Todavia, de acordo com o relato, o Governador declara ser inútil o envio desses mantimentos naquele momento, pois os indígenas Mbayá-Guaycuru flechavam e faziam naufragar os barcos – uma clara estratégia de guerrilha (MyCh GRM 23.36; [18/01/1774] fl. 07).

A dificuldade em *reducir* os Guaycuru se torna ainda mais complexa quando os padres conseguiam levá-los para dentro das missões, pois estes indígenas promoviam revoltas internas, ou, fugas nas quais também se valiam alguns Chiquito insatisfeitos com o regime aplicado pelos Curas. Decorrente desses fatores surgia um segundo problema administrativo que era a questão de para onde enviar os *infielos*.

No expediente de Joseph Rodrigues de 27 de julho de 1777, relata-se sobre o padre Antônio Guasp, fundador da missão de Santo Corazón de Jesus, que saiu para reconhecer o território nas proximidades desta missão que se “situaba a 25 leguas al oeste del rio Paraguai” (CHARUPÁ, 2002, p. 559). No reconhecimento, acompanhado de vários Chiquito cristãos, acabou entrando em conflito com

indígenas Guaycuru. Porém, já prevenido de um possível ataque, o padre conseguiu capturar vários *infielos*, dividindo os indígenas em oito *pueblos*.

(...) empero el padre previno a sus hijos que hallando bueno ocasión, prendieron a todos los infieles, como luego lo executaron con todo silencio, y sin haver desgracia alguna, ni de una ni de otra parte. Ja asegurados todos caminaron los padres, y chiquitos con ellos tierra adentro, y os dividieron en los ocho pueblos restantes donde los hemos tenido y tratado no como infieles y enemigos, sino como hijos y neófitos para hacerlos cristianos (MyCh GRM 23.34 [27/07/1777] f.l 6-9).

Essa carta alerta para o fato dos jesuítas não tratarem os “infiéis” Guaycuru como “*enemigos*”, mas como “*hijos*”, neófitos; porém a “*natureza bélica*” dos mesmos, descrita como uma vontade de retornar aos seus assentamentos faz a tentativa de conversão ser um fracasso (MyCh GRM 23.34 [27/07/1777] fl. 6-9).

De toda maneira, o expediente solicita aos *oydores* da Audiência para que enviem estes *infielos* a algum lugar longe das missões. As autoridades coloniais sugerem que sejam colocados soldados necessários (e bem armados) para que os Guaycuru sejam conduzidos a Chuquisaca (atual Sucre) e depois a Potosí para serem utilizados nos engenhos e nas minas pelos *vecinos* espanhóis (MyCh GRM 23.34 [27/07/1777] fl. 6-9).

Considerações finais

No século XVIII, com a pressão exercida pelo avanço da colonização, os grupos indígenas se reorganizam pelo território. Um jogo de interesses e necessidades se desenvolve mediante mecanismos de defesa, de domínio e de sobrevivência, estimulados e arguidos no processo de colonização. Por um lado, alguns grupos indígenas se aliam aos espanhóis por interesse próprio, para obterem uma nova possibilidade de sobrevivência contra o sistema de *encomiendas* e de grupos rivais, como fazem os Chiquito nas missões jesuítas na Província da Chiquitania. Dessa relação também se valiam os espanhóis. Segundo Freyer (2000), os jesuítas dependiam das experiências dos Chiquito, já que estes sabiam ler os rastros desejados e descobrir onde se encontravam um lugar e, por conseguinte, um assentamento. Em contrapartida, outros grupos se aliam momentaneamente aos europeus por interesses estratégicos, para obtenção e incorporação de táticas e instrumentos de guerra, com sucessivos conflitos, como fazem os Mbayá-Guaycuru por toda a segunda metade do século XVIII.

Durante a segunda metade do século XVIII, com as reconfigurações territoriais e políticas impostas pelo tratado de Madrid (1750), as relações entre os grupos Chiquito e os Mbayá-Guaycuru tornam-se mais intensas. Os Mbayá-Guaycuru

estabelecem relações estratégicas, sobretudo, com os portugueses, desenvolvendo novas dinâmicas, realizando constantes assaltos e conflitos com os indígenas cristãos nas missões da Chiquitania, especialmente, aquelas mais próximas do Pantanal, como as missões de Santo Corazón de Jesus, Santiago e San Juan de Chiquitos. Nos manuscritos relatam-se saques nas estâncias espanholas, levando gados, cavalos, armamentos e cativos. Os bens eram usados na comercialização e negociação entre esses indígenas e os portugueses da região de Mato Grosso. Com a administração das Curas, após 1767, e com os abusos que os novos administradores causavam aos indígenas das missões, vários neófitos de Mojos e Chiquitos começam a realizar deserções e fugas para o território lusitano, sobretudo, para a Estacada Portuguesa (Forte Príncipe de Beira). Nos manuscritos espanhóis encontramos reclamações, denúncias e suspeitas das relações entre os indígenas “infiéis” e os portugueses.

A análise dos manuscritos nos revela aspectos do passado pertinentes a história e a etnografia que, segundo Trigger (1982), ainda são ferozmente negados pelos revisionistas. A retratação da História Indígena em conformidade com estereótipos românticos é danosa, tanto quando se representa o sujeito como um potencial selvagem que não consegue falar sobre si quanto a retratação de um comportamento aceitável em eterna harmonia com seus pares e com o espaço ecológico (TRIGGER, 1982 p. 37-38). Os estudos recentes da Etnohistória pretendem, através da sobreposição de discursos produzidos sobre os grupos indígenas e através da interdisciplinaridade com outras áreas das ciências humanas, buscar não somente uma versão descolonizada sobre a história indígena quanto uma compreensão da intencionalidade do discurso. Logo, a visão binária e positivista de “bons” e “maus” sujeitos não se sustenta mais dentro desses estudos, sendo necessário compreender a dinamicidade das relações estabelecidas ao longo de todo e qualquer processo histórico.

No contexto em questão, os grupos indígenas atuam de acordo com as necessidades, interesses e enleios de cada processo, possuindo saberes e conhecimentos que utilizam a seu favor. Podemos compreender tais relações através do conceito de agência que atribui ao ator individual à capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Como atores sociais, os grupos indígenas possuem saberes que acabam refletindo no processo pelo qual desenvolve a sociedade colonial e “assim multiplicam-se as inter-relações entre os atores pertencentes a diferentes categorias étnicas e as possibilidades de mobilidade social” (Arruda, 2015).

Os estudos da Etnohistória têm, gradativamente, reconstituídos as ações e as lógicas de grupos indígenas dentro das inconstantes relações com a sociedade europeia ao longo da colonização, especialmente nos espaços de fronteira. Isto é evidenciado

na atuação e nos conflitos dentro das missões jesuíticas, no comércio ilícito com os portugueses, na sobrevivência ao trabalho nas minas e engenhos, e nos interesses que moviam grupos a se aliarem aos europeus, respeitando a ideia de que estas sociedades foram também protagonistas de sua história e não somente vítimas da mesma. A construção dos estados nacionais e das fronteiras, especialmente as sul-americanas, na região da Bacia do Prata, foram consequências da atuação/participação de grupos indígenas que ocupavam a região em tempos pré-coloniais, e não somente construções e respostas movidas pelos interesses dos colonizadores europeus.

Concordando com a afirmação de Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.124) que “[...] a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento”, podemos ressaltar aqui a importância da investigação dos contatos interétnicos através da Etnohistória e da História indígena, tanto para uma abordagem antropológica sobre os movimentos identitários e a relação de alteridade entre os Mbayá-Guaycuru e os Chiquito, quanto para a compreensão dos processos históricos que envolveram esses grupos durante a colonização da América. As relações de aliança e de conflitos entre os distintos grupos étnicos e a interação no mesmo espaço em situações diversas, integram um fenômeno no qual as diferenças culturais e o contato com o “outro” promoveram a evidenciação da etnicidade, pois é por meio da comunicação das diferenças que se estabelecem fronteiras étnicas.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio do CNPq pelo auxílio financeiro ao projeto “Arqueologia e Etno-história da Lagoa do Castelo e da Lagoa Vermelha, Pantanal, Brasil” (CHAMADA UNIVERSAL – MCTI/CNPq N^o 14/2012) e pela concessão da bolsa de iniciação científica (PIBIC/UFMS). Em especial, a UFMS e a equipe do Laboratório de Arqueologia do Pantanal (LAPan/CPAN/UFMS) pelo apoio científico ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Condicionantes étnicos na criação das Missões de Chiquitos: alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)**. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2011.

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infieis nos espaços de fronteira, Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770–1800)**. 213 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2015.

BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference**. United States of America: Waveland Press, Inc, 1998. 153 p

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3.ed. Santa Maria/RS: Ed. Da UFSM, 2008. 128 p.

BETHELL, Leslie (Org.). **A História da América Latina Colonial, volume I**. Trad. Maria Clara Cescato – 2. Ed. 3. Reimpr. – São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CARMACK, R. M. **Ethnohistoria y teoría antropológica**. Trad. F. J. Lima. (Cuadernos, 26). Guatemala: Ministerio de Educación, 1979.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá. **La primera evangelización en las reducciones de chiquitos, Bolivia (1691-1765)**. Cochabamba/Bolivia: Editorial Verbo Divino, 2002.

CHARTIER, Roger. Percurso. In: _____. **À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 2002. p. 07- 116

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FERREIRA, Mário Clemente. O mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, p. 51-69, jan/jun 2007.

FREYER, Bärbel. **Los Chiquitanos: Descripción de un pueblo de las tierras bajas orientales de Bolivia según fuentes jesuíticas de siglo XVIII**. Santa Cruz: ED. APCOB. 2000.

HERBERTS, Ana Lucia, **Os Mbayá Guaicurú: Área, assentamento, subsistência e cultura material**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS.

MARZAL, Manuel M. **Un reino en la frontera: las misiones jesuitas en la América colonial**. Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 1999.

MORENO, Gabriel Rene. **Biblioteca boliviana: Catálogo del archivo de mojos y chiquitos**. Digitizing sponsor Google. Book from the collections of Harvard University. Bolivia, 1888. In: <https://archive.org/details/bibliotecaboliv00nacigoog>.

MyCh 160 (ALP): Expediente promovido sobre las invasiones de los indios guaycurús al pueblo de Santo Corazón de Jesus de la Provincia de Chiquitos. Promovido por Tomás de Lezo y Pacheco, gobernador de Snata Cruz de la Sierra, en virtud de las invasiones de los indios Guaycuru en en pueblo de Santo corazón de Jesus de Chiquitos. 3 f. [23/03/1780/Santa Cruz de La Sierra – 21/09/1783/La Plata]. In: **Catálogo de documentos de Mojós y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823**. Archivo y Biblioteca Nacional, Sucre, Bolívia.

MyCh 23-34 (GRM): Expediente obrado por don Luis Álvarez de Nava, gobernador de Santa Cruz de la Sierra, ante de la Audiencia de la Plata, en virtud de las invasiones, robos y muertes que realizaron los indios barbaros de la nación Guaycurús en las estancias e misiones de la provincia de Chiquitos, en su fuga de la ciudad de Santa Cruz, y asimismo sobre la reducción de algún de ellos. 71 f. [30/09/1767/San Lorenzo – 01/09/1772/La Plata]. In: **Catálogo de documentos de Mojós y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823**. Archivo y Biblioteca Nacional, Sucre, Bolívia.

MyCh 23-36 (GRM): Expediente obrado en virtud del estado de zozobra e que se halla el pueblo de Santo Corazón de Jesús de Chiquitos, por las invasiones delos indios Guaycurús y de la posible invasión de los portugueses. Asimismo sobre la noticia de que el Gobernador de Mato Grosso viene preparando una tropa regular de 200 dragones y 120 pedestres. 16 f. [28/12/1773 – 23/03/1774/San Lorenzo]. In: **Catálogo de documentos de Mojós y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823**. Archivo y Biblioteca Nacional, Sucre, Bolívia.

MyCh 58 (ALP): Cartas de Francisco Pérez Vilaronte, gobernador de la provincia de Chiquitos y del Obispo de Santa Cruz e la Sierra, dirigidas a don Juan Victorino Martínez de Tineo, presidente de la Audiencia de la Plata, relativas a su ministerio y sobre las muertes ejecutadas por los indios Guaycurus. 3 f. [30/03/1769/ San Ignacio – 10/06/1769/La Plata]. In: **Catálogo de documentos de Mojos y Chiquitos atendidos por La Audiencia de La Plata, 1640-1823**. Archivo y Biblioteca Nacional, Sucre, Bolivia.

PEIXOTO, José Luís dos Santos. Arqueologia nas Grandes Lagoas do Pantanal. Albuquerque/MS, **Revista de História**, v. 1, p. 193-206, 2009.

POUTIGNAT, Philippe; STREIF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: Grupos étnicos e suas Fronteiras**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998 – (Biblioteca Básica).

QUINTANILHA, Blas Casado. **Paleografía – nociones básicas para leer documentos conservados en los archivos históricos**. Madrid: CSIC. 2013

TRIGGER, B. G. **Etnohistoria: problemas e perspectivas. Traducciones y Comentarios**. Trad. C. T. Michieli. San Juan, 1982, v. 1, p. 01-29.